

A LÍNGUA ESTRANGEIRA PARA FINS ESPECÍFICOS: UMA LÍNGUA «MUTILADA»?

MARIA AUSENDA MENDONÇA MONTEIRO BABO

Professora Coordenadora
Área de Português e Línguas Estrangeiras
Escola Superior da E.S.E. do I.P. do Porto

1. DIDÁCTICA DAS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS: PANORÂMICA ACTUAL

Domínio marcadamente pendular, a sua evolução sempre manifestou um carácter dialéctico, feito de avanços e de recuos, de entusiasmos e de desencantos, de abandonos e de regressos.

1.1. «L'étoile pâlie du communicatif»

Estamos actualmente a assistir, apesar de se manterem focos activos de resistência, ao que Béatrice Job¹ designa como o «empalidecer da estrela comunicativa».

Surgida sobretudo como fruto de uma elaboração teórica, pela qual diversos especialistas em Didáctica das Línguas Estrangeiras se deixaram empolgar, a *abordagem comunicativa* possui raízes que, apesar de uma aparência sedutora e vigorosa, não conseguiram fixar-se com solidez no terreno arduamente penetrável da instituição escolar. Entre outras fraquezas, depara-se-nos uma miopia referente ao nível quase nativo de uma «Competência de Comunicação», exigido a docentes que, em muitos casos, se encontram escassamente preparados, por nunca terem podido usufruir do contacto directo com o país ou países cuja língua/cultura se esforçam por fazer aprender. Aliás, a «situação guiada» encerra um núcleo duro, que só muito dificilmente dispensa uma consciencialização quanto a formas e funcionamentos das Línguas Estrangeiras.

Encontramo-nos, portanto, em mais uma fase de «regressos», nos quais a D.L.E se tem revelado pródiga:

- o primeiro deles torna-se óbvio pelo simples folhear de manuais de publicação recente, onde a gramática formal já não se apresenta como a parente pobre e é sem acanhamento que faz a sua reaparição;
- um segundo «regresso» é o da tradução, patente através da publicação crescente de livros e revistas sobre o tema e da análise de aspectos que lhe dizem respeito, em Congressos e Simpósios, bem como da abertura de Cursos Especializados;

¹ Job, Béatrice — *(Re)découvrir la langue*, in «Le Français dans le Monde», Julho de 1944, n.º 266. Paris, Hachette, pp. 47-49.

- o interesse pela «história» da Didáctica das Línguas Estrangeiras (D.L.E.) e pelos seus «discursos»² é um terceiro vector que tem vindo a salientar-se nos últimos tempos.

1.2. «Estrelas» que despontam?

Para além dos citados «regressos», novas vertentes têm vindo a obter direito de cidade:

- uma delas é a aplicação das novas tecnologias (audiovisuais e informáticas) ao campo da D.L.E., que tem vindo a constituir domínio em que se depositam grandes esperanças;
- outro foco actual de empenhamento é o designado «Ensino Precoce» das L.E., (termo pouco exacto, mas que mantereí, dada a sua divulgação), de introdução mais ou menos bem sucedida no decurso dos últimos dez anos, nos «curricula» do ensino primário (ou elementar) de muitos países europeus, tais como a Itália, a França, a Grécia, a Espanha e de algumas boas intenções e interessantes experiências (infelizmente para já apenas pontuais) no nosso país;
- em último lugar, apontarei para o «Ensino de L.E. para Fins Específicos», o qual, embora na esteira da abordagem comunicativa, parece ter ganho carta de alforria e encontrar-se de boa saúde, não se detendo nas fronteiras da instituição escolar, tradicional e pública, mas haver galgado caminho, instalando-se em organismos privados, onde oferece um leque variado de opções.

2. AS L.E. COMO «CAPITAL CULTURAL» (E NÃO SÓ)...

A simples observação do caderno «Emprego» de um conhecido semanário português³ permite-nos facilmente encontrar a razão deste fenómeno.

Em dois editoriais da referida publicação, aparecidos com uma diferença de cinco anos, a situação parece não se ter alterado muito, à excepção de um único ponto. Assim, em 1989, o autor de «Saber Línguas é Fundamental» dá-nos a conhecer que o domínio das línguas se apresenta como uma tendência «sine qua non» para obtenção de emprego. Não se refere a nenhuma língua em particular.

Em 1994, a mesma tónica é retomada no título do editorial: «Domínio de Línguas é Fundamental», em que continua a ser afirmado que é decisivo conhecerem-se línguas (aqui surge, como única diferença, a conclusão de que a língua mais exigida é o Inglês) e curiosamente, se faz o reparo de que as entidades empregadoras parecem valorizar mais a formação linguística do que a formação académica dos candidatos.

A leitura do citado suplemento possibilita-nos a observação de um elevado número de ofertas/pedidos de emprego, em que o conhecimento de variadas línguas vivas (incluindo o Português...) é exigido ou surge como factor preferencial. Alguns desses anúncios foram mesmo redigidos em diversas L.E. (inglês, francês, alemão e até em russo), para que só os candidatos que dominem tais línguas tenham acesso aos requisitos exigidos na oferta de emprego e possam assim responder-lhes cabalmente.

² Citarei apenas: MOIRAND, Sophie — *Une Histoire de Discours ...* Paris, Hachette, 1988. Puren, Ch. — *Histoire des Méthodologies de l'Enseignement des Langues*. Paris, Nathan-Clé International, 1988.

³ *Expresso* (Caderno «Emprego»).

As causas de tal exigência são conhecidas de sobra, relacionando-se com a necessidade, para um país como Portugal (tal como para outros países cujas línguas são pouco divulgadas, como o holandês ou o dinamarquês) de assegurar uma comunicação eficaz, indispensável às trocas políticas, económicas e tecnológicas e aos intercâmbios sociais e laborais, cada vez mais frequentes no mundo de hoje, mormente no contexto da União Europeia. Segundo um documento assinado pelos ministros dos países que constituem esta última, cada cidadão europeu deveria ser capaz de compreender todas as línguas comunitárias da mesma família que a sua, de saber «desembaraçar-se» em pelo menos uma língua de origem diferente, para além obviamente de se exprimir correctamente na sua própria Língua Materna.

Para além de um «capital cultural» que, conforme sublinha Pierre Bourdieu, o domínio de, pelo menos, uma L.E. constitui, trata-se também de um «bem económico», já que permite o acesso a postos de trabalho com melhores condições remuneratórias. Tal facto faz com que surja a designação de «língua do patrão», de tal forma esse conhecimento se encontra ligado menos aos interesses pessoais do que às actuais exigências laborais de grande número de empresas, que operam numa perspectiva internacional.

3. LÍNGUA, «VEÍCULO UTILITÁRIO»?

Atente-se em um excerto do já citado semanário, a propósito da realização de mais uma edição da «Expolíngua»⁴:

«Saber falar francês, inglês, alemão ou qualquer outra língua deixou de ser bonito, para passar a ser necessário. O conhecimento de línguas estrangeiras já não é um adorno mas sim um elemento indispensável na nossa nova dimensão de cidadãos europeus».

Se *necessário* nos envia para o domínio do *utilitário*, do *pragmático*, o qualificativo *bonito* remete para as ideias de *adorno*, para uma dimensão predominantemente *cultural* (por muito que este conceito de cultura se nos possa afigurar adulterado). Contudo, este excerto de discurso, coloca-nos face a uma problemática primordial: *será que é legítimo provocar a ruptura entre a língua e a cultura?*

Poder-se-á falar inglês, ignorando a existência da Rainha Vitória ou o papel que o chá desempenha nos hábitos britânicos? E, quanto ao francês, será possível utilizá-lo sem ter ouvido falar do «pâté de foie» ou do General De Gaulle? Esse mesmo De Gaulle que, no decurso da Segunda Guerra Mundial, compreendeu que as línguas e as culturas constituem bens indissociáveis da identidade e do património de cada país?

Sou de opinião que é possível, mas de modo nenhum desejável. Trata-se, no meu entender, de uma visão empobrecedora, que apresenta uma L.E. como um veículo todo-o-terreno, de interesse utilitário, que despreza o motor que afinal é a cultura.

E encontro-me finalmente face à *mutilação*, a que fiz referência no título da presente Comunicação.

Não é recente a existência de uma «língua franca», capaz de responder a necessidades práticas, quase sempre a nível de trocas comerciais, mas impermeável a trocas culturais.

Além disso, é sintomático verificar que em países «fechados», com governos autoritários, por razões religiosas ou políticas, esta perspectiva do ensino de uma L.E. despojada da sua cultura,

⁴ *Expresso*, «Portugueses não têm formação linguística», 30 de Setembro de 1989.

é vivamente aconselhada pelos responsáveis pela governação, para que os alunos aprendam essa língua como um simples instrumento de comunicação, necessário face à mundialização crescente que exige trocas de vária ordem, preservando-os contudo, ao mesmo tempo, do contacto «pernicioso» com os costumes, tradições, valores e crenças dos outros países.

4. FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Analise agora mais em pormenor o que queremos dizer, quando falamos de *Línguas Estrangeiras Para Fins Específicos*, utilizando para o efeito, a sua:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO	
NOME:	<i>Língua Estrangeira para Fins Específicos</i>
NOTA:	Outros nomes que tem utilizado, ao longo da sua carreira:
	<ul style="list-style-type: none"> — <i>Língua Funcional</i> — <i>Língua Técnica / Científica / Profissional</i> — <i>Para Públicos Adultos</i> — <i>Língua Instrumental</i> — <i>Língua de Especialidade</i> — <i>Comunicação Especializada</i> — <i>Língua Para Públicos Específicos</i>
FILIAÇÃO:	Programa de Desenvolvimento de Sistemas de Aprendizagem de Línguas Vivas pelos Adultos.
DATA DE NASCIMENTO:	Início dos anos 70.
NOTA:	Verificou-se, contudo, a existência de manifestações anteriores, de tipo pontual.
LOCAL DE NASCIMENTO:	ESTRASBURGO, Conselho da Europa.
SINAIS PARTICULARES:	Aspecto polimórfico. Características pragmáticas.
NOTA:	Alguns especialistas afirmam que se apresenta <i>mutitada</i> . (Característica sujeita a comprovação).

4.1. Língua Geral *versus* Línguas para Fins Específicos

A primeira referência a ser efectuada é a oposição entre esta perspectiva e a da L.E. «geral», «usual», «universal». Contudo, a mutilação, no meu entender, não reside aqui. Como refere Jean-Claude Mothe, a propósito da avaliação, não existe nenhuma prova milagrosa que permita avaliar de uma só vez todas as componentes de saber e de saber-fazer implicadas no acto de utilização uma L.E. Do mesmo modo, mal exista uma Escola, há um Programa, uma selecção/ordenação de conteúdos, segundo uma progressão, qualquer que ela seja (linear ou em espiral), manifestando-se por esse simples facto o predomínio de determinados aspectos, quanto a formas e funcionamentos de uma dada língua e o abandono ou adiamento de outros. Estamos em presença da segmentação institucional de uma língua, e não da sua mutilação.

A expressão *Línguas Específicas*, propagada sobretudo pelos defensores de uma renovação da política cultural de difusão e de ensino das línguas estrangeiras, é constituída, portanto, por tudo o que não pertence ao domínio da *língua geral*. Desta oposição resulta nítida a noção de que as *línguas específicas* não têm como intenção que os aprendentes atinjam uma competência próxima da dos nativos. A sua finalidade não é declaradamente a de formar bilingues.

4.2. Designações e concepções nem sempre pacíficas.

A expressão *Língua Funcional*, no dizer de Coste e de Galisson⁵ representa a dimensão relativa a domínios aparentemente específicos no interior de uma língua : discurso das ciências, técnicas, economia, por exemplo. Constitui um meio para utilizadores que necessitam de se servir de uma L.E. como uma ferramenta, ao serviço de uma função, donde as características operatórias ou pragmáticas referidas. O que os utilizadores deverão dominar é, antes de tudo o resto, o que lhes permita operar eficazmente nas situações visadas.

Se os seus partidários se declaram adversários das metodologias estruturo-behavioristas, pela «fuga ao natural» e pela centração sobre os conteúdos, não conseguem, na realidade, escapar às críticas que eles próprios formulam, até porque a elaboração dos Programas não é, regra geral, realizada em função das necessidades reais dos sujeitos aprendentes, das suas expectativas, aspirações, e interesses pessoais, mas definida institucional ou profissionalmente.

Uma das outras designações referidas é a de *Língua Instrumental*, termo que referem os já citados Galisson e Coste⁶, a qual se distinguiria da anterior, na medida em que seria sobretudo um utensílio de compreensão do escrito, para especialistas ou investigadores em várias áreas do saber, das quais dominavam já obviamente noções e léxico (competência referencial), mas principiantes a nível da L.E.. Esta tendência conheceu grande sucesso em países da América Latina, por parte de estudiosos que tinham necessidade de ler obras originais em L.E. Procurava-se fomentar a transferência do conhecimento veiculado em L.E., considerando que «a ciência e a técnica são universais», afirmação susceptível de merecer alguns reparos, na sequência de investigações sobre a análise de discursos científicos, levadas a cabo por Dominique Pestre⁷ que insiste no facto de que «a ciência não é ensinada nem difundida do mesmo modo por toda a parte» e que existem diferenças de percepção cultural com reflexos na percepção dos conteúdos científicos ou técnicos.

O carácter polimórfico referido na «Ficha de Identificação» é nítido se atentarmos nas *Línguas de Especialidade*, conjunto no interior do qual é hábito distinguirem-se três domínios:

- as línguas científicas (ex: a língua da química, da matemática);
- as línguas técnicas (ex: a língua da petroquímica, da metalurgia);
- as línguas profissionais (ex: a língua da hotelaria, da diplomacia).

O acesso a estas línguas é habitualmente feito a um nível que ultrapassa o de principiante, embora não seja de o excluir de um nível de iniciação.

Os públicos que recorrem a este tipo de ensino de L.E. caracterizam-se efectivamente pela sua profunda diversidade, quer quanto às línguas exigidas pelos empregadores, quer quanto ao

⁵ *Dictionnaire de Didactique des Langues*. Paris, Hachette, 1973.

⁶ *Ibidem*, p. 287.

⁷ PESTRE, D. — «La Science, du Texte au Contexte», in J.-C. Beacco e D. Lehmann, «Publics Spécifiques et Communication Spécialisée». Paris, Hachette, 1990.

grau de aprofundamento do conhecimento requerido, quer quanto às competências a actualizar em função de cada profissão ou lugar a desempenhar. Daí, que forçosamente o seu carácter tenha de ser polimórfico e diferenciado, mesmo que se consigam constituir grupos de aprendentes de características e interesses homogéneos.

4.3. Públicos, necessidades e objectivos.

Opondo-se à «língua geral», praticamente desde o seu «nascimento» que se caracterizou como uma língua «para adultos». Primeiramente, os migrantes. O Conselho da Europa, a partir dos fluxos migratórios dos anos 60 e 70, interessou-se por tais públicos e, em breve, através dos «Níveis-Límiar» para as diversas línguas, por outras categorias de utilizadores adultos, como sejam os profissionais. Estes, ao contrário dos públicos escolares, revelariam motivações fortes e necessidades concretas e específicas, inerentes ao exercício de uma profissão c/ou de estadias prolongadas num país estrangeiro.

Como já referimos, o «nascimento» deste tipo de estudo das L.E. data oficialmente da década de 70, mas há antecedentes, ainda que pontuais. Assim, Gisèle Kahn refere-se a um manual*, datado de 1927, e destinado ao ensino do Francês aos militares indígenas das colónias francesas.

E desde os anos 50, sob a designação de «instrumental», foram surgindo obras e cursos virados prioritariamente para o desenvolvimento da capacidade de compreensão escrita de textos de índole técnica e científica, com base na transferência de conhecimentos dentro de um dado domínio de experiência, e utilizando as transferências lexicais, acessíveis em particular nos léxicos eruditos e especializados.

Só através da análise das necessidades parece possível conhecer um dado público. Esta análise deverá preceder a definição de objectivos de formação, variáveis segundo os interesses e os sectores de actividade.

4.4. «Sinais particulares».

Na «Ficha de Identificação» que apresentei, referi-me a duas características que a L.E. para Fins Específicos apresenta: é operativa e polimórfica. Apresenta, portanto, características que se opõem à perspectiva geral, que é a mais correntemente praticada nas nossas escolas.

Quantas vezes ouvimos lamentos como este: «Depois de ter andado a aprender a L.E. X, durante cinco ou seis ou sete anos, no 2.º e no 3.º Ciclos, sinto-me incapaz de me “safar” no país ou países onde ela é falada».

A culpa é atribuída aos professores («incompetentes», «mal preparados», «sempre a faltar»), e/ou aos alunos, mas não é hábito reflectir sobre a motivação, o empenhamento pessoal nessa aprendizagem, espécie de pronto-a-ensinar, todo ele oriundo do exterior.

Se com aprendentes cativos (crianças ou adolescentes) se torna difícil negociar, com públicos adultos (estudantes ou profissionais), a negociação não só é possível, mas aconselhável, dado que implica a responsabilização. Colocados face a situações concretas com que vão deparar a curto ou a médio prazo, os aprendentes são capazes de reflectir e definir com relativa facilidade os objectivos prioritários para um plano de estudos ou curso, as competências a privilegiar e os conteúdos a abordar, a partir dos interesses e das necessidades previsíveis ou efectivos.

* «Règlement provisoire du 7 juillet 1926 pour l'enseignement du français aux militaires indigènes (débutants en français).

Existem vários modelos⁹ para a elaboração de planos funcionais para o ensino/aprendizagem de uma L.E. a uma «clientela» adulta e especializada, tendo todos eles a preocupação de dar uma resposta coerente e adaptada à diversidade dos públicos e das funções que lhes cabe desempenhar.

5. A didactização, ponte para a dimensão cultural.

Na minha opinião, é nesta fase que se joga a «mutilação». A capacidade para comunicar em L.E. deve procurar dotar o aprendente, não apenas do que é linguístico, mas das dimensões culturais e sociais, sem as quais a comunicação sairá forçosamente deformada. Cito, a propósito, conteúdos elementares ligados ao domínio de um saber ou saber-fazer, os quais não se devem menosprezar, porque representam indícios culturais. Assim, uma tarefa tão elementar como o preenchimento de um sobrescrito, destinado a França, exige pelo menos o domínio de particularidades quanto às formas de tratamento, quanto à colocação do número da porta relativamente ao nome da rua, a referência a divisões administrativas, como são os departamentos e os «arrondissements».

A um nível muito simples, trata-se já da entrada num mundo diferente de sistemas de práticas e de valores, que não contrariam, mas antes completam o ensino da língua para fins específicos. No dizer de Louis Porcher¹⁰ :

Tal como a época exige, profissionalmente, que se pratiquem várias línguas, assim é necessário possuir vários saber-fazer culturais. [...] A capacidade intercultural fundamental é a da descentração, da orientação positiva para a alteridade, a aptidão para se colocar no lugar de outrem [...]. A dificuldade consiste em conduzir esta operação sem abandonar as suas próprias referências culturais. Não se trata de uma fusão, mas de uma troca e de um enriquecimento.

A nível didáctico, é possível fazê-lo, por exemplo através da comparação do tratamento de referentes idênticos, como é o caso das condições exigidas em duas ofertas de emprego similar, em dois jornais, um francês e um português, por exemplo. Aos aprendentes será pedido que procedam ao levantamento do que é idêntico e do que diverge. [Exemplo: emprego aberto a homens e mulheres? limites de idade? que habilitações? (introdução à elaboração de um C.V.), línguas estrangeiras exigidas ou factor de preferência? experiência prévia exigida?].

O funcionamento de qualquer língua implica sempre pressupostos e implícitos, os quais criam as alusões partilhadas entre os nativos e, simultaneamente são obstáculos à comunicação com estrangeiros, sobretudo se públicos de línguas para fins específicos. Mas, mesmo neste caso, a didactização permite ir ao encontro destes implícitos. Por exemplo, a aprendizagem dos números em Francês pode conduzir ao conhecimento de expressões em que eles figuram com valor simbólico e, por isso mesmo, cultural. É o caso de provérbios (ex: *Un tiens vaut mieux que deux tu l'auras*), frases feitas (ex: *Se couper les cheveux en quatre, trois fois rien*), objectos ou práticas típicas (ex: *Une 4 CV; jouer aux quatre coins*), crenças (ex: *être 13 à table*), acontecimentos ou figuras históricas ou romanescas (ex: *La Guerre des Cent Ans, Les Trois Mousquetaires*).

⁹ Gaultier (1961), MOIRAND (1980), PORCHER, LEIMANN, KAHN (1981), VIGNER (1980), in Lehmann, Denis — «Objectifs Spécifiques en Langue Etrangère», Paris, Hachette, 1993.

¹⁰ «Le Français Langue Etrangère», Paris, Hachette Education, 1995, p. 60.

Como procurei demonstrar, a «mutilação» não é fatal nem desejável. São as próprias entidades empregadoras que se dão conta do facto, assumindo que o intercultural deixou de ser um luxo para se transformar numa necessidade. Disso nos dá testemunho Louis Porcher¹¹:

As trocas comerciais demonstraram que somente poderiam ser positivas se existissem trocas autênticas entre os parceiros, pois é o conhecimento mútuo que gera o respeito recíproco.

BIBLIOGRAFIA

- LEHMANN, Denis — *Objectifs Spécifiques et Langue Etrangère. Les Programmes en Question*. Paris, Hachette F.L.E., 1993.
- LEHMANN, D. et al. — *Publics Spécifiques et Communication Spécialisée*. N.º especial de «Le Français dans le Monde», Paris, Hachette (Coll. F — Recherches et Applications), 1990.
- PORCHER, LOUIS — *Le Français Langue Etrangère. Emergence et enseignement d'une discipline*. Paris, CNDP-Hachette, 1995.

¹¹ *Ibidem*, p. 61.